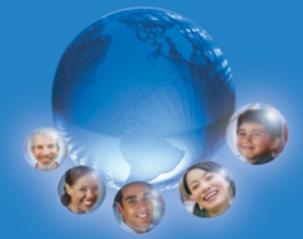


PROPOSTA DE PAZ 2008

Por Daisaku Ikeda,
presidente da Soka Gakkai Internacional

A humanização da religião a serviço da paz





A humanização da religião a serviço da paz

Por Daisaku Ikeda,
presidente da Soka Gakkai Internacional



Enviada à Organização das Nações Unidas (ONU),
por ocasião do 33º aniversário da SGI, em 26 de janeiro de 2008

Daisaku Ikeda nasceu em Tóquio, Japão, em 2 de janeiro de 1928.

Formado pela Escola Superior Fuji, na área de Economia, é atualmente presidente da Soka Gakkai Internacional (SGI), uma das maiores organizações não-governamentais (ONGs) das Nações Unidas, com mais de 12 milhões de associados, em 192 países e territórios.

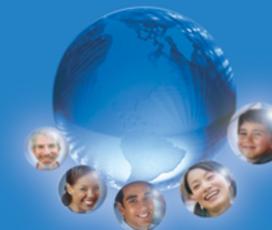


Fundou várias instituições educacionais e culturais, como as escolas Soka (da educação infantil ao ensino superior), a Associação de Concertos Min-On, o Instituto de Filosofia Oriental e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

Pacifista, filósofo, poeta laureado e escritor, com obras traduzidas para mais de vinte línguas, é sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1992, ocupando a cadeira de nº 14.

Ikeda acredita que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar o mundo, onde imperam a desunião e a hostilidade, em um mundo de coexistência pacífica. Por isso, apresenta, anualmente, no dia 26 de janeiro, aniversário de fundação da SGI, sua proposta de paz.

A SGI é oficialmente registrada como ONG no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), no Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI) e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Também integra a Federação Mundial das Associações das Nações Unidas (WFUNA).



Tradução: René Takeuti
Elizabeth Miyashiro

Revisão: Thiago de Mello

Colaboração: Elisângela Barros
Susan Scaranci Ribeiro

Arte: Iusse José Filho

Capa: Henrique Kubota

Todos os direitos reservados à Editora Brasil Seikyo Ltda.

Editora Brasil Seikyo Ltda. Administração e redação: Rua Tamandaré, 1.007, São Paulo, SP – CEP: 01525-001

Fones: (11) 3274-1940 / 1941 – Fax: (11) 3274-1949 / CGC 61.612.891/0001-21

Matrícula na Lei de Imprensa no 2092 – Registro no INPI nº 0060117320

Diretor-Presidente: Getulino Kiyoshi Nakajima – Jornalista responsável: René Takeuti (matrícula no DRT nº 21.605)

Impressão: Prol Editora Gráfica Ltda. – Av. Papaiz, 581, Diadema, SP – CEP: 09931-61 – Tel.: (11) 2169-6199

A humanização da religião a serviço da paz

Por ocasião do 33º aniversário de fundação da Soka Gakkai Internacional (SGI), desejo compartilhar algumas propostas, na esperança de contribuir para a concretização da paz duradoura.

Aproximadamente vinte anos se passaram desde o fim da Guerra Fria, que manteve, em suas garras, a comunidade internacional por quase meio século. Outro século começou, e a humanidade ainda não conhece sequer traços de uma nova ordem mundial.

Em outubro de 1990, publicou-se o meu diálogo com Linus Pauling (1901–1994), ganhador de dois prêmios Nobel. No início da obra, o Dr. Pauling expressou esta esperançosa visão: “São muito alentadoras as perspectivas de nosso mundo. Elas me enchem de ânimo. A União Soviética avança. Com a liderança do presidente Mikhail Gorbachev, o mundo toma a direção do desarmamento. (...) Pela primeira vez, a humanidade trilha o caminho da razão”.^[1]

Na época, o Dr. Pauling chegava aos 90 anos. Tais palavras me trazem à mente a imagem

amável e gentil desse grande defensor da paz.

Os acontecimentos posteriores traíram as esperanças do Dr. Pauling. No início da década de 1990, anunciou-se aos quatro ventos uma “nova ordem mundial”, conduzida pelos Estados Unidos, país líder do processo inevitável de globalização. Contudo, logo surgiram tensões e conflitos. O sonho foi interrompido. Na realidade, a situação atual é de desordem global.

Mas não podemos permitir que se travem as rodas da história. Por maiores que sejam as dificuldades, não desanimemos na busca de uma nova ordem mundial, que sirva aos interesses e ao bem-estar de toda a

humanidade. Somente por meio de ações comprometidas evitaremos que a comunidade global mergulhe num caos ainda mais profundo.

Iniciativas importantes despontam nessa direção. Recentemente (em 15 e 16 de janeiro), mais de 75 Estados-membros e organizações internacionais das Nações Unidas participaram, em Madri,



Linus Pauling e o século XX

A exposição “Linus Pauling e o Século XX”, organizada pela SGI, a família Pauling e a Universidade Estadual de Oregon, retrata a vida, as idéias e os compromissos de um dos cientistas e ativistas da paz mais influentes da era moderna. Desde a inauguração em São Francisco, em 1998, a mostra percorreu 16 localidades em 5 países, e foi vista por mais de 1 milhão de pessoas.

Linus Pauling ganhou dois prêmios Nobel: o de Química, em 1954; e o da Paz, em 1962. Ikeda e Pauling encontraram-se em quatro ocasiões (entre 1987 e 1993). O diálogo realizado entre ambos foi publicado em inglês na obra *A Lifelong Quest for Peace* (Em Busca da Paz Duradoura), em 1992.



Espanha, do Fórum da Aliança das Civilizações, unidos pela crença de que a manutenção da paz e segurança internacionais requer a superação de divergências culturais. No discurso de abertura, o secretário-geral Ban Ki-moon pediu aos participantes maiores esforços pela paz: “Os senhores podem ter diferentes experiências e perspectivas, mas possuem a crença comum de que o trabalho da Aliança das Civilizações é crucial para conter o extremismo e curar divisões que ameçam o mundo”.^[2]

Em entrevista coletiva, no início deste ano, o presidente francês Nicolas Sarkozy defendeu igualmente uma “política de civilização” (*politique de civilisation*), enfatizando o humanismo e a solidariedade. “Não se pode organizar o mundo deste século XXI nos mesmos moldes do século passado. Não funciona.”^[3] Sarkozy propõe que a cúpula do G-8 seja ampliada para G-13, com a inclusão da China, da Índia, da África do Sul, do México e do Brasil.

Já faz tempo, clamo por essa expansão do G-8, com a inclusão da China, da Índia e de outros países que comporiam uma “cúpula de estados responsáveis”. Esse passo, acredito, possibilitaria uma divisão mais ampla de responsabilidade global. Reforço a proposta do presidente francês.

O deslize em direção ao fundamentalismo

Sob a bandeira da liberdade e da democracia, surgiram movimentos para a estruturação de uma “nova ordem mundial” em consequência da Guerra Fria. Embora esses valores sejam, de modo natural, essenciais, precisamos reconhecer o perigo que inevitavelmente acompanha toda tentativa de transplantar instituições e práticas especí-

ficas para a realidade de uma cultura política diferente. Mesmo já estabelecidas, qualquer negligência nos esforços para manter e fortalecer a liberdade e a democracia as levará ao retrocesso, restando apenas formas destituídas de essência.

Essa foi a introdução da minha proposta de paz de 1990, poucos meses depois da queda do Muro de Berlim, em novembro do ano anterior. Fundamentei-me na leitura de *A República*, de Platão. O autor declara que, por sustentar a busca insaciável de liberdade, a democracia nutre inúmeros desejos que, gradual e insidiosamente, “apoderam-se da acrópole da alma dos jovens”.^[4] Por fim, a situação foge ao controle, e um forte líder é chamado para restaurar a ordem. Dentre os “zangões preguiçosos e perdulários”, uma única criatura munida de ferrão é escolhida. Dessa forma, Platão ressalta a lógica e a semelhança de retrocesso da democracia à tirania.

Não eram infundadas as considerações que apresentei na época. A marcha irrefreável da globalização, centrada na economia, gerou um mundo dividido por desigualdades em escala sem precedentes: a adoração da riqueza material, por um lado; e, por outro, a frustração pela injustiça econômica. Essa iniquidade estrutural é a causa (talvez o fator-chave) do terrorismo que prolifera pelo mundo. A história ensina que toda tentativa para suprimir o terrorismo e crimes similares só vai piorar a situação. Isso devido à aplicação unilateral da força, sem cuidadosa análise da reação aos fatores estruturais envolvidos. A ordem mantida pela força acaba em caos.

Como budista, minha preocupação maior é a mentalidade perigosa, fruto desse cenário: um deslize para o fundamentalismo. Isso não se limita ao fundamentalismo religioso, assunto de

tantos debates. Inclui o etnocentrismo, o chauvinismo, o racismo e a adesão dogmática a ideologias, inclusive ao capitalismo. Esse fundamentalismo floresce em condições de caos e desordem. O que há de comum a todos é a hegemonia dos princípios e idéias abstratas sobre os seres humanos, forçados à servilidade.

Sem me ater a uma análise detalhada, creio que Albert Einstein (1879–1955) foi à essência da questão quando declarou: “Princípios são feitos por homens; e não homens por princípios”.^[5]

Não é fácil sustentar e aplicar com rigor a concepção de Einstein. As pessoas se inclinam facilmente a regras preestabelecidas que dão respostas prontas a questões e dúvidas. Considerando a metáfora de Simone Weil (1909–1943), os indivíduos e a sociedade são constantemente arrastados pelas forças de gravidade (*la pensateur*), inerentes aos seres humanos, que os leva à degradação. A natureza fundamental dessa força nos induz a perder de vista o senso de identidade, formador da essência da nossa humanidade.

Estou certo de que o tipo de humanismo do qual a era atual necessita deve ser capaz de enfrentar e deter a queda ao fundamentalismo. É o trabalho de resgatar nas pessoas e na humanidade o papel de protagonistas, só alcançado por meio de incessante luta espiritual, que aprimora e equilibra.

O humanismo de Gide

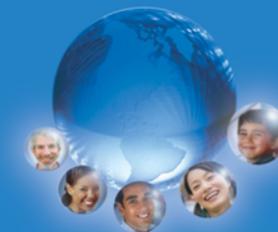
Gostaria de citar um famoso episódio que ilustra perfeitamente o confronto entre fundamentalismo e humanismo. É uma observação do grande humanista francês, André Gide (1869–1951), a respeito da experiência socialista da União Soviética.

Em junho de 1936, ao saber que seu amigo Máximo Gorki (1868–1936), a quem muito admirava, estava gravemente enfermo, Gide partiu imediatamente para Moscou onde chegou um dia antes da morte do escritor. Depois de algumas palavras no funeral e de participar dos eventos em homenagem ao romancista russo, Gide realizou um antigo desejo: durante um mês, viajou pela União Soviética. As suas memórias de viagem foram publicadas em novembro daquele ano com o título *Retour de l'URSS* (Viagem à Rússia), livro que inflamou o debate público em intensidade e proporção históricas, confundindo a opinião de intelectuais não só na França e nos países da Europa, como nos Estados Unidos e no Japão.

Apesar de Gide conhecer perfeitamente o significado histórico da Revolução Russa e os acontecimentos posteriores na União Soviética, ele também — o que hoje nos choca por excesso de cautela — crava a faca analítica nas patologias do comunismo soviético que começavam a vir à tona. A grande quantidade de observações era apropriada; verificadas no curso do colapso da União Soviética.

Esse, entretanto, era o período conhecido como “Os Anos Vermelhos”, quando a luta contra o fascismo, na Guerra Civil Espanhola, atraía intelectuais e jovens para a Esquerda. Muitos viam, na União Soviética, o foco de suas esperanças. A crítica de Gide, este declarado membro de Esquerda, foi recebida por uma forte e ampla reação nas esferas acadêmica, jornalística e política.

Embora a opinião estivesse dividida, a grande maioria estava contra Gide. Considerado por muitos como traidor, ele viu-se isolado e sem apoio. Mesmo assim, Gide não recuou. Estava, acima de tudo, determinado a manter-se fiel a suas convicções.



Ele escreveu: “Meus olhos vêem que há coisas muito mais importantes do que eu próprio, do que a União Soviética: a humanidade, seu destino e sua cultura”.[6]

Considero histórica, clara e concisa esta declaração de humanismo. A palavra “humanidade” é hoje banalizada e sem ressonância. Para Gide, continha nuances de significado nobre: ela sinalizava o fundamento insubstituível da justiça, a base universalmente válida para a ação.

“Há coisas muito mais importantes do que eu próprio.” As palavras de Gide destacam a cultura do humanismo — uma cultura que incorpora valores universais, o espírito do respeito a si mesmo e aos outros, diferenças e diversidade, liberdade, justiça e tolerância — em prol dos quais ele estava disposto a dar tudo, inclusive a própria vida. A profunda e forte convicção de Gide foi o que o sustentou na solitária resistência à corrente dominante de seus dias.

A amplitude do humanismo de Gide me lembra o ensinamento budista de que o princípio fundamental, ou natureza essencial de todos os fenômenos, não é encontrado em outro lugar, a não ser no coração humano. Essa “natureza de Buda” universal — algumas vezes simbolizada pela imagem do Buda sentado sobre uma flor de lótus — é um aspecto puro, imaculado e indestrutível do coração humano. A determinação de respeitar todas as pessoas, alicerce do humanismo budista, permite-nos enxergar que tanto as diferenças sectárias como as ideológicas, culturais e étnicas nunca são absolutas. Essas diferenças, como a ordem e a organização da sociedade humana, são relativas; deveriam ser tratadas como conceitos flexíveis que precisam ser constantemente avaliados para melhor servir às necessida-

des humanas. Este critério deve prevalecer para que as pessoas se tornem protagonistas do próprio destino. Não se trata de princípios abstratos.

Nos escritos budistas, encontramos também esta passagem: “O repositório dos oitenta e quatro mil ensinamentos representa o registro diário da existência de uma pessoa. Esse repositório dos oitenta e quatro mil ensinamentos está contido em nossa própria mente. É uma ilusão pensar ou supor que o Buda, a Lei ou a terra pura existem em algum outro lugar e buscá-los fora de si próprio. Quando a mente encontra boas ou más causas, cria e evidencia aspectos do bem e do mal”.[7]

Embora a frase “oitenta e quatro mil ensinamentos” seja uma expressão usada para se referir a todo o conjunto dos ensinamentos de Sakyamuni enquanto Buda, pode ser interpretada como tudo o que este mundo abrange de distinções e diferenças. Reconhecendo que, em essência, tudo isso existe em cada ser humano, precisamos nos esforçar para atingir esse plano, livre da consciência discriminatória, em que a dignidade comum a todos os seres humanos seja claramente reconhecida. Este deve ser o nosso ponto de partida e de chegada. Esta postura contrasta totalmente com as ideologias descritas em geral como fundamentalistas que conduzem a ênfase ou apego excessivo à diferença.

Um desafio não respondido

Há mais de meio século, o crítico literário japonês, Kazuo Watanabe (1901–1975), dedicado à pesquisa e à tradução da filosofia humanista francesa, apresentou uma análise da onda de fanatismo que caracterizou a Segunda Guerra Mundial. Sua reação foi um brado pela “humanização da religião”: “A segunda reforma religiosa deve ser empreendida por um novo Lutero, um novo

Calvino. Apesar de parecer estranho, o único caminho para isso é a humanização da religião. Isso significa a necessidade de rejeitar os aspectos da religião que agem como um ópio e reconhecer que o próprio Deus existe para servir à humanidade. Precisamos refletir sobre a limitação e a fragilidade humanas que nos tornam instrumentos fáceis, escravos daquilo que criamos.

Devemos ensinar isso aos outros e assumir a responsabilidade por todos os seres humanos, iluminação conquistada desde o Renascimento.[8]

A realidade do mundo religioso de hoje, sessenta anos depois de Watanabe apresentar essa proposta radical, nos leva a considerá-la um desafio não respondido. A evidência mais simples disso é que a palavra “fundamentalismo” aparece com mais frequência associada à religião. Não podemos permitir que esse desafio continue sem resposta. Seria consentir que a religião se torne um fator de conflito e de guerra, minando o próprio potencial na construção da paz.

Em 1993, proferi um discurso na Universidade de Harvard. O tema era “O Budismo Mahayana e a Civilização do Século XXI”. Chamei a atenção para o poder de impacto da religião: “A religião torna as pessoas mais fortes ou as enfraquece? Estimula nelas o que há de bom ou o que há de mal? Ela as torna melhores, mais sábias ou menos sábias?”[9] Essas, acredito, são perguntas que precisamos fazer a todos os grupos

Proposta de Paz 2008



Kazuo Watanabe

Kazuo Watanabe (1901-1975) foi um grande estudioso da literatura francesa, crítico e uma das vozes mais importantes do humanismo japonês durante e após a Segunda Guerra Mundial. Graduado pela Universidade de Tóquio em 1952, foi professor de Literatura Francesa nessa instituição de 1948 a 1972. Ele é conhecido pelas traduções de Rabelais e Erasmo, pelos estudos sobre o Renascimento e pelas explorações do significado de tolerância na sociedade contemporânea. Watanabe ensinou e formou muitos eruditos e escritores importantes, dentre os quais o Prêmio Nobel de Literatura, Kenzaburo Oe.

religiosos, incluindo obviamente o budismo, se quisermos ser bem-sucedidos quanto à humanização da religião.

Elie Wiesel, Prêmio Nobel da Paz, examinou o fanatismo e o ódio que inevitavelmente acompanham o dogmatismo e o fundamentalismo. Criou a Fundação Elie Wiesel para a Humanidade, que patrocinou várias conferências internacionais sobre o tema “A Anatomia do Ódio”.

Wiesel descreve assim a sua motivação: “Como explicar a atração pelo fanatismo que tantos intelectuais demonstram até hoje? O que pode ser feito para ‘imunizar’ a religião contra essa influência? ... Desde o início da história, somente o homem sofre de fanatismo e ódio, e somente ele pode combatê-los. De todas as criaturas, somente o homem é capaz de odiar”.[10]

Este é o brado irreprimitível da consciência: expressão veemente da necessidade de se humanizar a religião.



Daisaku Ikeda profero o discurso “O Budismo Mahayana e a Civilização do Século XXI”, na Universidade de Harvard (24 de setembro de 1993)



Quando criança, Wiesel perdeu toda a família no Holocausto — ele foi separado da mãe e da irmã em Auschwitz, testemunhou a morte do pai em Buchenwald. As palavras de Wiesel, sobrevivente do inferno nazista — a forma mais terrível de fanatismo —, têm peso e significado especiais. Exprimem, de forma clara, o impasse que a humanidade enfrenta.

O apego a questões sectárias, à custa dos esforços para humanizar a religião, tornará as pessoas mais fracas, mais maldosas e tolas. Esse fanatismo dará à religião aspectos destrutivos à maneira do ópio, que podem gerar conflitos e guerras. Não há necessidade de mencionar exemplos específicos do fundamentalismo ao qual Wiesel alude, pois esse aspecto obscuro e destrutivo da religião tem marcado toda a história da humanidade.

De fato, a humanização da religião é uma tarefa que está diante de nós, como um desafio a ser superado se quisermos avançar.

Avaliar os impactos positivos e negativos da religião e da crença religiosa sobre a história da humanidade é tarefa complexa, à qual não me vou ater aqui. Mas, diante do desafio não respondido de humanizar a religião, devemos assegurar que ela tenha, neste século, o poder de elevar e motivar o ser humano, além de contribuir para a concretização da felicidade e da paz.

Louvor ao espírito humano

Nesse sentido, tenho observado com interesse o pensamento do grande historiador do século XIX, Jules Michelet (1798–1874), em relação à religião.

Michelet viveu numa era conhecida como “Renascença Oriental”. Da mesma forma que a re-

descoberta da Grécia antiga e da civilização romana foi crucial para o Renascimento cultural europeu, em meados do século XIX, as culturas “orientais” da Índia e da Pérsia despertaram grande interesse na Europa. Isso representou uma tentativa de ir além dos limites espaciais e temporais da visão cristã de mundo. Em alguns aspectos, a tendência daquela época assemelha-se à atual era da globalização. Em *A Bíblia da Humanidade* (1864), Michelet escreve: “Feliz idade a nossa! Pelo fio elétrico, ela acorda a alma da Terra, unida no seu presente. Pelo fio histórico, e pela concordância dos tempos, dá-lhe o sentido de um passado fraternal e a alegria de saber que ela viveu do mesmo espírito!”^[11]

A referência à comunicação global, “pelo fio elétrico”, nos faz lembrar a nossa própria sociedade da informação (internet). Em meados do século XIX, surgiu a moderna civilização científico-tecnológica. Somada ao caráter otimista de Michelet, contribuiu para as expectativas virtualmente sem limites que ele tinha pela expansão das fronteiras da civilização com a compreensão unificada do mundo.

Num nítido contraste, nossa era mostra sinais irrefutáveis do declínio da civilização industrial moderna na advertência feita pelo relatório do Clube de Roma, “Os Limites do Crescimento”, proposto há mais de 35 anos. Existe senso de esterilidade impessoal que ronda a rápida expansão da sociedade da informação. É difícil encontrar algo que se aproxime do entusiasmo de Michelet pelas possibilidades de expansão das tecnologias de comunicação, que se harmonizem com a “alma da Terra”.

Na era de Michelet, os europeus, capazes talvez de relativizar a própria civilização, sentiam

confiança na extensão ilimitada das possibilidades humanas. Esse espírito da era é claramente refletido na própria afirmação de Michelet a respeito da religião, que ele pretendia humanizar. Para Michelet, a “Bíblia da Humanidade” não se limitava ao Velho nem e ao Novo Testamento, mas incluía, virtualmente, os textos sagrados de todas as civilizações clássicas do mundo (com exceção da civilização chinesa). Declarando que “o autor é o gênero humano”,^[12] Michelet examina e compara cuidadosamente o Veda e o Ramayana da Índia (épicas heróicas e dramas clássicos da Grécia antiga), o Shahnameh (Livro dos Reis) da Pérsia e também as obras antigas do Egito e da Assíria.

O estudo finalmente conduz Michelet à audaciosa conclusão: “A atividade moral compreende a religião e não está nela compreendida”.^[13] Essa declaração representa a necessidade clara e inflexível da humanização da religião: uma rejeição de elementos religiosos que transcendam ou precedam o ser humano. Michelet declara: “Viu-se o perfeito acordo da Ásia com a Europa, o dos recuados tempos com a nossa idade moderna. Viu o que, em todos os tempos, o homem pensou, sentiu, amou da mesma maneira — portanto, uma só humanidade, um só coração, e não dois. A grande harmonia, através do espaço e do tempo, encontra-se restabelecida para sempre”.^[14]

Da perspectiva da era atual, cheia de desconfiança e frustração, é difícil não nos sentirmos distanciados da visão de Michelet. Seu hino de esperança pela humanidade resultou no alvorecer da civilização moderna e, hoje, seu pensamento nos parece utópico e ingênuo. A investigação de Michelet quanto à genealogia do florescer humano, desde a Índia e a Grécia antigas, por toda a “idade das trevas” do período medieval,

até a Renascença e a Revolução Francesa (com seus valores de liberdade, fraternidade e igualdade), foi profundamente contestada pelos acontecimentos históricos posteriores. O século XX viveu duas guerras mundiais, os horrores de Auschwitz e Hiroshima. Isso nos convence da natureza dúbia do conhecimento, da ciência e da tecnologia. (Do mesmo modo, o colapso da União Soviética pôs fim à idéia da história como uma progressão natural da Revolução Francesa, continuando até a Revolução Russa.)

Não podemos, porém, como diz o ditado, jogar o bebê fora junto com a água do banho. “Sejamos homens, eu vô-lo peço, e dignifiquemo-nos com novas grandezas inauditas da humanidade.”^[15] Eu concordo: precisamos ouvir o clamor de Michelet, não perder de vista o pensamento defendido por ele: a humanidade deve desempenhar o papel central na criação da história em todas as suas formas, incluindo a religiosa. O sucesso de nossos esforços em prol do humanismo dependerá de nossa habilidade para abraçar, compartilhar e transmitir essa postura às futuras gerações.

Esse louvor de Michelet ao ser humano incorpora um dinamismo muito distante da idéia vaga, fraca e indeterminada da palavra “humanismo”. Na realidade, o que existem são personificações do humanismo, isto é, imitações de liberdade, que nada fazem para frear o ego. Ao contrário, o humanismo de Michelet sustentava-se por um forte autodomínio, pela crença na natureza e na essência normativa do espírito humano.

Na parte final de *A Bíblia da Humanidade*, Michelet expressa sua convicção de que ele permanece na legítima herança da história: “Desde a Índia até 1789, desce uma torrente de luz, o rio do Direito e da Razão”.^[16] Ao afirmar que “uniforme





em todos os perigos da sua idade, sobre a sua base sólida da natureza e da história resplandece a eterna Justiça”.[17] Michelet baseia-se na verdade, na razão e na justiça. Dominando a si próprio, recriando a si mesmo, ele expressa a forte determinação de ser o protagonista da história. Se o seu louvor generoso à humanidade é uma força centrífuga (lançada do centro do seu ser), por outro lado, a autodisciplina e o autodomínio agem como força centrípeta (que regula e traz para o centro). O próprio equilíbrio entre essas duas forças é essencial para o funcionamento saudável da alma humana.

Embora o conceito que Michelet fazia a respeito do Direito diferencie em termos de considerações importantes do Darma — a Lei que o budismo afirma existir inerente a todas as formas de vida —, sustenta semelhança com a admoestação final do Buda a seus seguidores: “Vivam como ilhas em relação a si mesmos, sejam seu próprio refúgio, sem ninguém mais como refúgio, tenham o Darma como uma ilha, o Darma como seu refúgio e nenhum outro mais”.[18] Esse tipo de autodomínio e autoconfiança, em busca da verdade, é tão essencial hoje quanto nos tempos antigos para os que procuram ser verdadeiramente humanos, atores principais no drama da vida.

O humanismo comprometido da SGI

Como Kazuo Watanabe observou: os seres humanos possuem uma espécie de “limitação e fraqueza”, são “instrumentos e escravos daquilo que criam”.

Utilizando a frase de Gabriel Marcel (1889–1973) — *les hommes contre l’humain* —, essa limitação e fraqueza faz com que as pessoas ajam contra a humanidade, frustrando a tentativa de sermos os protagonistas na criação da história. O

século XX — em que a ideologia atingiu a condição de valor absoluto e todas as formas de fanatismo estimularam guerras e violência — oferece a mais triste testemunha desse fato. Observamos aqui não a justiça universal da qual Michelet fala, mas declarações parciais e particulares de justiça, cada qual apelando à fraqueza e à limitação dos seres humanos, cada qual clamando pelo próprio poder absoluto e tentando se livrar da luta desesperada. Este é o maior perigo do desvio desenfreado em direção ao fundamentalismo. Inconscientes da miséria que resulta dessa fanática das declarações parciais e particulares de justiça, a maioria das pessoas é incapaz de resistir ao “canto de sereia” dessas alegações.

Se quisermos conter esse desvio, não podemos permanecer como espectadores passivos. O verdadeiro humanista sempre combate o mal. O humanismo não é só uma palavra, é um conceito com ambos os aspectos: positivo (paz, tolerância, moderação) e negativo — uma tendência para transigir compromissos vagos. Se não podemos romper ou nos elevar acima desses aspectos negativos, não seremos capazes de conter o extremismo, característica especial do fanatismo.

Kazuo Watanabe costumava referir-se a um ensaio de Thomas Mann (1875–1955), declarando que “num período de violenta convulsão, foi o livro de cabeceira. Mais tarde, o ensaio “Achtung, Europa!” (Cuidado, Europa!) tornou-se o apoio para todos os momentos.[19] Mann, que, até o último instante da vida combateu o nazismo, lança poderoso brado, por ele chamado de “humanismo combatente”.

“O tipo de humanismo necessário hoje é o humanismo combatente, aquele que conhece seu próprio valor, repleto da convicção de não permiti-

tir que princípios de liberdade, tolerância e ceticismo sejam oprimidos pelo fanatismo, que desconhece vergonha ou dúvida.”[20]

Gide ofereceu entusiasmado apoio à idéia de humanismo combatente de Mann, chamando-o de “a mais autêntica forma de humanismo”. Pode-se deduzir que esse humanismo provém da mesma fonte que o valor de humanidade universal de Gide, a qual ele posicionava como a base da justiça

e que declarou ser “mais importante que ele próprio, mais importante que a União Soviética”.

Aqui encontro ressonância com o espírito combatente do humanismo budista. Hoje, a SGI propaga amplamente esse conceito pelo mundo e desfruta o apoio de diversos setores da sociedade. Acredito que isso se deva ao nosso humanismo universal, que transcende estruturas sectárias e dogmáticas. Agindo assim, assumimos o desafio tão fundamental à história da civilização — a humanização da religião.

A chave para empreender uma vitoriosa batalha pelos ideais do humanismo reside no diálogo, um desafio tão antigo (e, ao mesmo tempo, recente) quanto a própria humanidade. É parte da natureza essencial das pessoas. Abandonar o diálogo é o mesmo que abandonar nossa humanidade. Sem ele, a sociedade será coberta pelo silêncio sepulcral.

Na mesma proporção que nos empenhamos em ser sábios (*Homo sapiens*), precisamos nos esforçar para dominar a linguagem (*Homo loquens*). Através dos tempos, observamos que o diálogo é condição essencial para resgatar nossa humani-



Encontro com o historiador Arnold Toynbee (Londres, maio de 1973)

dade. Sócrates declarou: “Não há maior sofrimento para um homem do que ouvir argumentos de ódio. A misologia (ódio à linguagem) e a misantropia (ódio aos homens) têm a mesma origem”.[21] O físico e filósofo alemão Carl Friedrich von Weizsacker (1912–2007), irmão do ex-presidente da Alemanha, com quem tive o privilégio de dialogar em 1991, define os seres humanos como “nossos verdadeiros companheiros de vida e de conversas”.[22] Nesse sentido, ele também considera o diálogo como essência do ser humano.

Convicto de que o diálogo é o próprio sangue vital da religião, encontrei-me com mais de sete mil filósofos e líderes de vários campos de atuação. Aproximadamente cinquenta desses encontros transformaram-se em livros. O primeiro foi com o historiador britânico Arnold Toynbee (1889–1975), publicado em 1976, sob o título *Choose Life* (Escolha a Vida). Encontrei-me depois com confucionistas, cristãos, islâmicos e hindus — culturas com as quais o Japão manteve relativamente escasso contato histórico. Também conduzi grande número de diálogos com personalidades comunistas. Em termos de disciplinas,

meus encontros com eruditos não se limitaram a especialistas em humanidades, mas incluíram físicos, astrônomos e outros profissionais das ciências naturais.

As escrituras budistas ensinam que “imensuráveis significados derivam de uma única Lei”.[23] Na condução desses diálogos, baseei-me em compromissos pessoais com o humanismo budista. Motivo-me pelo desejo de criar pontes que unam religiões, civilizações e disciplinas, que contribuam para tornar o humanismo universal o propósito da nova era.

A SGI participa regularmente de diálogos entre religiões. Por exemplo, logo depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, representou a tradição budista num simpósio sobre o papel da religião na construção da paz. Patrocinado pela Academia Européia de Ciências e Artes, o Simpósio reuniu também cristãos, judeus e muçulmanos.

Fundados por mim, o Instituto de Filosofia Oriental (IFO), o Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa de Políticas e o Centro de Pesquisas para o Século XXI de Boston (BRC) estão comprometidos com a promoção do diálogo entre religiões e civilizações.

Com o trágico legado de fanatismo e intolerância, a religião necessita de um diálogo vital para transcender o dogmatismo e confirmar-se no exercício da razão e do autodomínio. Negar o diálogo é negar a razão de ser da própria religião. A SGI considera que, para promover o humanismo budista, basta hastear a bandeira do diálogo. Por mais ameaçadoras que sejam as forças do fanatismo rejeitador, da desconfiança ou do dogmatismo, esta é condição *sine qua non* do humanismo.



Instituto de Filosofia Oriental (IFO)



Conferência internacional realizada pelo Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa de Políticas (Moscou, junho de 2001)



Centro de Pesquisas para o Século XXI de Boston (BRC)

O diálogo abandonado no meio do processo é insignificante. Somente a constância e a convicção o tornam fecundo. Como *Homo sapiens*, precisamos empreender uma luta espiritual. Isso requer que evidenciemos algumas virtudes: generosidade, resistência e sabedoria. Para serem dignas do nome, as religiões precisam de meios que desenvolvam essas qualidades. Devem promover uma mudança revolucionária nos seres humanos. Eis por que focalizei, em meu discurso em Harvard, o papel fundamental que o Budismo Mahayana pode desempenhar na civilização do século XXI. Esta é a minha convicção.

Sistema dos direitos humanos

Gostaria de analisar ações concretas e políticas que possam ser implementadas para resolver os complexos problemas globais enfrentados pela humanidade.

Este ano marca o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), expressão do desejo comum de jamais permitir que se repitam os horrores e as tragédias da Segunda Guerra Mundial. A Declaração consta de trinta artigos que estabelecem direitos civis e políticos de um lado; de outro, direitos econômicos, sociais e culturais. Inicia-se com o nobre preâmbulo: “Considerando que

o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo...”.[24]

A DUDH, além de influenciar a formulação de políticas de governo e alicerçar convenções e instituições relacionadas aos direitos humanos, inspira gerações de ativistas que os defendem.

Quando foi adotada, a Declaração estabeleceu tanto a visão universal dos direitos humanos como o objetivo de concretizar um mundo livre do medo e da miséria. Junto com a Carta das Nações

Unidas, também adotada depois da Segunda Guerra Mundial, a Declaração avançou e revelou à humanidade maneiras de coexistência pacífica.

No século XXI, o eixo “horizontal” (espacial) de uma universalidade que transcende fronteiras nacionais, como defende a Declaração, deve ser enriquecido pelo eixo “vertical” (temporal) da responsabilidade, que se estende às futuras gerações. Os dois são especialmente indispensáveis em nossos esforços para a construção de uma sociedade global pacífica e sustentável.

Assim, gostaria de concentrar minhas propostas em três áreas: proteção da integridade ecológica do planeta, defesa da dignidade humana e criação de infra-estruturas de paz.

Proposta de Paz 2008



A Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Estabelece os direitos inalienáveis e liberdades fundamentais de cada indivíduo na face da Terra.

Esses direitos incluem os de ordem civil e política como o de não ser submetido à tortura, o direito à igualdade perante a lei, ao julgamento imparcial, à liberdade de locomoção, ao asilo e à liberdade de pensamento, consciência, religião, opinião e expressão. Os direitos econômico, social e cultural também são estabelecidos. Estes incluem o direito à alimentação, ao vestiário, à habitação, aos cuidados médicos e serviços sociais, ao trabalho, à igual remuneração por igual trabalho, a organizar sindicatos e à educação.

A Assembleia Geral exorta todos os Estados-membros a difundir o texto da Declaração e “fazer com que ela seja divulgada, apresentada, lida e exposta principalmente nas escolas e demais instituições educacionais”. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em aproximadamente 360 idiomas, tonou-se o documento mais traduzido do mundo.

Proteção à integridade ecológica

Em outubro de 2007, foi divulgado o relatório “Panorama do Meio Ambiente Global: Meio Ambiente para o Desenvolvimento (GEO-4) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). De acordo com esse informe, embora a qualidade do ar tenha melhorado em algumas cidades, estima-se que mais de 2 milhões de pessoas no mundo inteiro morrerão prematuramente a cada ano devido à poluição. A extensão do buraco na camada de ozônio, que protege contra a radiação ultravioleta, aumentou consideravelmente na Antártida. Somando-se a isso, a quantidade de água doce disponível diminuiu em escala global; bem como já foram identificadas pelo menos 16 mil espécies ameaçadas de extinção.

Progressos foram obtidos em questões relativamente simples. Os problemas mais complexos, porém, ainda precisam de tratamento adequado. A necessidade de ação é urgente.

Divulgado em novembro de 2007, o Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) revela considerável aumento nas emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de óxido nitroso (N₂O) nos anos recentes. Praticamente o dobro do aquecimento verificado em 50 anos (de 1956 a 2005), se comparado aos cem anos (de 1906 a 2005).

Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)

O IPCC é um órgão científico criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) para prover informações sobre mudanças climáticas e opções de adaptação e mitigação, e avaliar o risco da mudança climática induzida pelo homem.

Formado por governos, o IPCC é aberto a Estados-membros da OMM, do Pnuma e por cientistas. Apesar de não realizar pesquisas ou monitorar diretamente fenômenos climáticos, publica relatórios sobre tópicos relevantes para a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). O Painel publicou relatórios de avaliação em 1990, 1995, 2001 e 2007.

Pelos “esforços para o recolhimento e a divulgação de informações sobre mudanças climáticas e por terem assentado as bases necessárias para o combate a essa ameaça”, o órgão e o ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, compartilharam o Prêmio Nobel da Paz 2007.

<http://www.ipcc.ch/>

A integridade ecológica é assunto de interesse e de preocupação de todas as pessoas. Transcende fronteiras e prioridades. Qualquer solução exige comprometimento social de cada um de nós, habitante do planeta.

O educador e geógrafo Tsunessaburo Makiguti (1871–1944), presidente fundador da Soka Gakkai, salientava que as pessoas devem ter consciência de três níveis de cidadania: a de nossas raízes e compromissos locais, baseados em nossa comunidade; o senso de pertencer a uma comunidade nacional; e a compreensão de que todos nós somos cidadãos do mundo.

Persistindo tal tendência, o aquecimento da superfície terrestre pode atingir mais de 6,4°C até o fim deste século.

Tão alta já é a temperatura da Terra, que as geleiras do Ártico podem desaparecer. Sucedem-se ondas de calor, secas, tempestades, inundações e outros fenômenos assustadores. O relatório não esconde que essas ocorrências ameaçam seriamente a vida humana na Terra. As mudanças climáticas estão na pauta de todas as recentes reuniões anuais de cúpula. Foram tema, em 2007, de um Debate de Alto Nível sobre Mudança Climática, realizado na Sede das Nações Unidas.

Mas apesar das advertências, a comunidade internacional tarda em unir esforços e promover ações.

Makiguti bradava contra o apego excessivo e exclusivo a interesses nacionais e pelo aprofundamento do compromisso para com a humanidade.

Esta era a essência do clamor da proposta da SGI, em 2002, por uma Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e de nossa colaboração, com importantes agências das Nações Unidas e de outras organizações não-governamentais (ONGs), na realização e implementação da Década.

Vivemos numa era em que ações conjuntas e comprometidas — pelo bem da Terra e da humanidade — são indiscutivelmente necessárias. A ONU, por exemplo, desenvolve e coordena ações ambientais por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Responsável por secretarias de vários tratados internacionais, com uma rede de seis escritórios regionais, o Programa ainda elabora projetos de proteção ambiental com desenvolvimento sustentável.

Em reconhecimento das efetivas realizações do Pnuma, espera-se a expansão de sua capacidade. Isso ajudará na defesa do meio ambiente, cada dia mais ameaçado. Chegou-se a um entendimento sobre esse ponto no Conselho de Administração do Pnuma / Fórum Global de Ministros do Meio Ambiente, reunido em Nairóbi, fevereiro de 2007. É necessário aperfeiçoar a estrutura institucional de coleta e análise de achados científicos para que melhor responda pela implementação dos tratados ambientais. Reclama-se a elevação do Pnuma de programa para agência especializada.

Há muito tempo, defendo que as questões ambientais se incluam neste século como uma das principais missões das Nações Unidas. Na Proposta de Paz 2002, sugeri a criação do Escritório

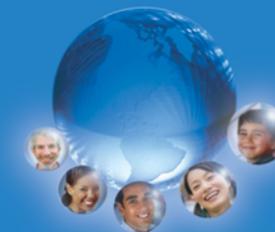
do Alto-Comissariado das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que coordene as atividades de várias agências e lidere a resolução das questões do meio ambiente global. Para tanto, junto-me às vezes que pedem o fortalecimento e a elevação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente à categoria de agência especializada, uma organização ambiental mundial.

Atualmente, só os países que integram o Conselho Administrativo do Pnuma participam das tomadas de decisão. Apóio a mudança para que qualquer país desejoso de tornar-se Estado-membro tenha lugar à mesa de resoluções.

Considero oportuno reforçar a minha proposta de 1978: a criação de uma “Nações Unidas para o Meio Ambiente”. Acho importante o desenvolvimento de uma estrutura que possibilite a todos os Estados o compromisso com questões ambientais. Assim, estaria assegurado um sistema de efetiva governança ambiental.

Combater o aquecimento do planeta é um grande desafio. Na Cúpula de Heiligendamm, realizada na Alemanha, em junho de 2007, os líderes do G-8 discutiram seriamente reduzir à metade as emissões de CO₂ até 2050. Ocorre que o único tratado existente para controle das emissões de gás de efeito estufa é o Protocolo de Kyoto, que já expira no fim de 2012. Para que a redução seja atingida, torna-se imprescindível o compromisso dos países, especialmente, os que não se incluíram ainda.

Em dezembro de 2007, foi realizada em Bali, Indonésia, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Lá, foi adotado o Mapa do Caminho de Bali, que traça o rumo para a criação de um sistema pós-2012. Sem fixar cotas de emissão, o Mapa representa avanço: os Esta-



dos Unidos, a Índia e a China — maiores emissores de gases não-signatários do Protocolo de Kyoto — concordaram em participar.

Peço a todos os comprometidos com o Mapa do Caminho de Bali que deixem de cuidar apenas das responsabilidades nacionais e adotem positivamente objetivos do interesse da humanidade.

Enfrentar as mudanças climáticas é um desafio que nos exige ir muito além dos limites do interesse próprio. É preciso construir um sistema internacional de solidariedade. Solicito aos maiores emissores a iniciativa de metas ambiciosas e políticas efetivas e corajosas, ao mesmo tempo em que apóiam os esforços de outros países. Confio nessas nações, no sentido de que travem uma competição construtiva para uma sadia contribuição à vida do planeta.

Em livro de 1903, Tsunessaburo Makiguti recomendava uma “competição humanitária” entre os Estados. Esta era a visão de uma ordem internacional, na qual os diversos estados do mundo se empenhavam afirmativamente para influenciar uns aos outros, a fim de coexistir e florescer juntos, em vez de perseguir interesses nacionais menores às custas dos outros. Creio que o trabalho de cuidar da crise ambiental é uma oportuni-

Mapa do Caminho de Bali

É um acordo adotado no fim dos treze dias de conferência, em dezembro de 2007, na Ilha de Bali, Indonésia. Foi organizado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e da qual participaram representantes de mais de 180 países. O Mapa traça um processo de negociação com prazo de dois anos para que os países lidem com as mudanças climáticas. Seu propósito é concluir um acordo permanente que substitua o Protocolo de Kyoto, que expirará em 2012. Ao contrário do Protocolo, que estabelece objetivos para os países desenvolvidos reduzirem a emissão de gases-estufa, o Mapa não especifica nenhum objetivo concreto nesse aspecto. Reconhece, porém, que “cortes profundos nas emissões de gases serão necessários para se alcançar os objetivos finais” de se evitar mudanças climáticas perigosas. Ele estipula o quadro para negociações a longo prazo e inclui os Estados Unidos, que haviam permanecido fora do Protocolo de Kyoto.

O processo de negociação está programado para ser concluído na Cúpula de Copenhague, Dinamarca, em 2009, dando aos Estados tempo para ratificar o tratado, de forma que ele se efetive até o fim de 2012.

http://unfccc.int/meetings/cop_13/items/4049.php

A União Européia já empreendeu passos importantes para encorajar o uso de fontes de energia renováveis. Um acordo firmado por chefes de Estado e de governo da União Européia (UE), em março de 2007, exige dos Estados-membros da UE o uso de energia solar e de outras fontes de energia renovável, elevando a sua cota de consumo dos atuais 6,5% para 20% até 2020.

Paralelamente a isso, a conservação de energia e o aprimoramento da eficiência energética também são essenciais. O Japão possui rica ex-

periência nesse campo e pode desempenhar um papel ativo, colaborando com seus vizinhos e fazendo do Sudeste Asiático um modelo.

Na Proposta de Paz 2007, sugeri a criação de uma organização que visasse ao desenvolvimento e ao meio ambiente do Sudeste da Ásia, como um piloto para a cooperação regional e a semente para a eventual criação da União do Sudeste da Ásia. Seria um passo para esse objetivo de longo prazo que levaria o Japão a assumir a liderança nas questões de economia energética.

Além das reformas “de cima para baixo”, pela reestruturação institucional, é primordial a coragem de mudar “de baixo para cima”, ampliando o compromisso das pessoas comuns e conscientizando indivíduos a empreender ações coletivas. Essa convicção fundamentou minha proposta por uma Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Deds). Acredito plenamente no poder do ensino. A aprendizagem acorda potenciais ilimitados dos indivíduos: primeiro, cria posturas locais, depois vai atravessando fronteiras, se expande até transfor-

de única para a construção de um mundo diferente. É minha sincera esperança que o Japão, ao assumir a presidência do G-8 na cúpula de Hokkaido Toyako, em julho deste ano, estimule ações positivas e atitudes apropriadas às necessidades da nova era.

Com relação às formas efetivas para redução de gases-estufa, gostaria de tratar do processo de transformação de um país que agride o meio ambiente numa sociedade humana sem desperdícios e de baixo consumo de combustíveis fósseis. O primeiro passo é a introdução de energias renováveis e medidas de conservação de energia. A consciência da necessidade de mudança e o compromisso com a vida, fortalecem o pensamento positivo e estimulam inovações tecnológicas.

mar profundamente o mundo em que vivemos.

A SGI apoiou a produção do filme educativo *Uma Revolução Silenciosa*, em colaboração com o Conselho da Terra, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em 2001 e a exposição “Sementes da Mudança: A Carta da Terra e o Potencial Humano”, criada originalmente em colaboração com a Iniciativa da Carta da Terra. Essas ferramentas serviram à promoção da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável desde o seu início.

Antes da Deds, o Centro de Pesquisas para o Século XXI de Boston (BRC) apoiou o processo de elaboração da Carta da Terra, declaração de princípios e valores fundamentais para a construção de

Proposta de Paz 2008



Tsunessaburo Makiguti e sua obra *Geografia da Vida Humana*, publicada em 1903.





uma sociedade global justa e sustentável.

No campo da proteção ambiental, a BSGI fundou, em 1993, o Centro de Projetos e Estudos Ambientais do Amazonas (Cepeam). Desde então, o Centro coleta, preserva e distribui sementes de importantes espécies para a integridade do ecossistema da Amazônia e desenvolve, com excelentes resultados, a recuperação de áreas degradadas de florestas. Ao mesmo tempo, a SGI do Canadá, das Filipinas e de outros países também se dedicam ao plantio de árvores.

Quando me encontrei, em fevereiro de 2005, com a Dra. Wangari Maathai, Prêmio Nobel da Paz e fundadora do Movimento Cinturão Verde, nosso diálogo se concentrou no significado essencial do plantio de árvores. Falamos de Sakyamuni, que ensinou sobre o profundo valor de plantar árvores 2.500 anos atrás; e do rei Asoka, antigo governante indiano, conhecido por sua renúncia à guerra e sua política de não-violência, compaixão e tolerância, que elaborou programas de proteção ambiental, dentre eles, o estabelecimento de bosques de manga e o plantio de árvores ao longo de vias públicas. O Movimento Cinturão Verde tem contribuído para a capacitação das mulheres. Concordamos que “plantar árvores é plantar vida” — disseminar e nutrir as sementes do futuro de uma sociedade pacífica.

Apenas adquirir conhecimentos sobre questões ambientais não basta para justificar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. É vital que os indivíduos percebam, de forma tangível, o valor insubstituível do ecossistema, do qual eles são parte, e se comprometam com a proteção dele. Essa consciência seria melhor desen-



Centro de Projetos e Estudos Ambientais do Amazonas (Cepeam)

volvida com a prática de plantar árvores.

O projeto “Plantemos para o Planeta: Campanha do 1 Bilhão de Árvores”, promovido pelo Pnuma, a princípio inspirado nas idéias da Dra. Maathai, é uma estimulante iniciativa popular mundial para minimizar os efeitos da mudança climática. Com 1,9 bilhão de árvores já plantadas durante 2007, a campanha é um enorme sucesso. Em 2008, o objetivo é plantar outro bilhão. Isso fornecerá importantes oportunidades de aprendizado experimental. Espero que os trabalhos para a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável sejam aprofun-



Em sua visita ao Japão, Wangari Maathai foi recebida pelo casal Ikeda (Tóquio, 18 de fevereiro de 2005)



dados à medida em que o programa avance.

O sucesso da Década e, mais importante, os esforços para amenizar e conter a degradação ecológica, dependem da capacidade de cada indivíduo se sentir desafiado a fazer a sua parte. Precisamos pensar a respeito e discutir o que nós — enquanto indivíduos ou inseridos na família, na comunidade e no trabalho — podemos realizar no lugar onde moramos para construir um futuro sustentável e trabalhar de mãos dadas.

Esses esforços podem ser considerados como uma rede de ações para um futuro sustentável. Não há razão para essa rede se limitar a aspectos ambientais. Expandindo a colaboração e as relações de cooperação a outros, como redução da pobreza, direitos humanos e paz, poderemos construir bases sólidas de uma luta comum para solucionar os problemas com que se depara a humanidade. A SGI está comprometida a empenhar cada vez mais esforços pela construção dessas redes de ação.

Sustentar a dignidade humana

Durante os anos finais de sua vida, tive o privilégio de dialogar com o ex-presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Austregésilo de Athayde (1898–1993), que desempenhou importante papel na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nesse diálogo, Athayde relembrou o processo de re-

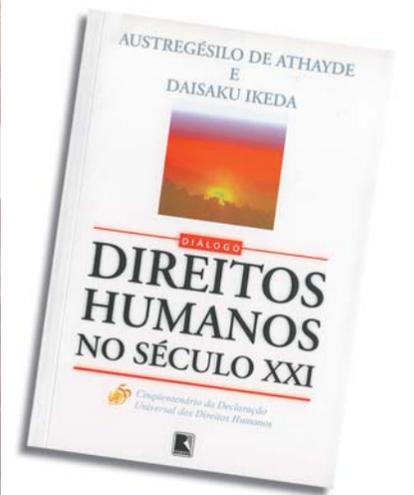
dação e observou: “A minha maior preocupação enquanto participei dos trabalhos de elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pensando nas diversas dificuldades com as quais me defrontava, foi a criação de um liame moral e espiritual entre os povos do mundo, isto é, estabelecer a universalidade do espírito”.^[25]

Athayde participou do texto dessa Carta com a convicção de que era essencial forjar laços sublimes, amplos e duradouros, a fim de unir os povos do mundo. De fato, as relações entre países vulneráveis nas áreas econômica e política são frágeis. Não garantem vínculos estáveis.

Em 10 de dezembro de 2007, as Nações Unidas lançaram a campanha “Dignidade e Justiça para Todos Nós”, com um ano de duração, para comemorar os 60 anos da Declaração e transmitir o espírito nela contido. Os governos e a sociedade civil têm um motivo especial para plantar

em cada ser humano a certeza de seus direitos.

Repeti inúmeras vezes a importância de se criar me-



O diálogo de Austregésilo de Athayde e Daisaku Ikeda resultou no livro *Direitos Humanos no Século XXI*, Editora Record



canismos para a educação dos direitos humanos, como o fiz em minha mensagem para a Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em agosto de 2001. Após a conclusão da Deds (1995–2004), as Nações Unidas lançaram, em janeiro de 2005, o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH). A continuidade é da máxima importância.

A questão dos direitos humanos deve não somente ser debatida ativamente entre os governos; precisamos estabelecer uma estrutura mundial comum de direitos humanos que esteja enraizada no cotidiano e baseada no respeito infalível e intransigente por esses direitos.

A educação dos direitos humanos foi considerada pela Assembléia Geral como uma das tarefas primárias do Conselho de Direitos Humanos, organismo estabelecido em 2006 como parte do processo de reforma das Nações Unidas. Em setembro de 2007, o Conselho determinou a preparação do esboço de uma declaração sobre educação e treinamento em direitos humanos. Uma vez adotada, essa declaração seria acrescentada aos padrões de direitos humanos regulados pelas leis internacionais, junto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos. É forçoso que esse processo de elaboração considere, de forma efetiva, as perspectivas e preocupações da sociedade civil e que o documento resultante promova genuinamente uma cultura de direitos humanos arraigada na vida das pessoas.

Para tanto, proponho uma conferência internacional inteiramente dedicada à educação dos direitos humanos, reunindo visões abrangentes

dos civis. Embora conferências regionais e encontros de especialistas tenham discutido a educação de direitos humanos, nenhuma reunião internacional já foi realizada. Um encontro desse porte, visando à sociedade civil e por ela promovida, seria capaz de discutir não somente uma nova declaração, mas também medidas para assegurar o sucesso do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos.

Agora, gostaria de chamar a atenção mais uma vez para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a fim de estabelecer a infraestrutura social e de apoio à vida, indispensável à manutenção da dignidade humana. Os ODM incluem metas concretas, como reduzir, em cinqüenta por cento, o número de pessoas que sofrem com pobreza e fome. O ano de 2007 representa a metade do caminho rumo a esse objetivo até 2015. De acordo com o relatório de avaliação do progresso, das Nações Unidas, há uma preocupação real de que esses objetivos não sejam alcançados nesse ritmo, apesar das melhorias em aspectos como matrículas no ensino fundamental nos países em desenvolvimento e declínio da taxa de pobreza extrema e de mortalidade infantil.

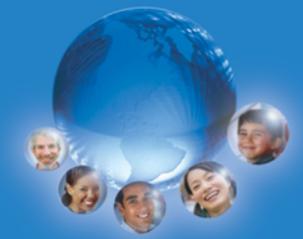
Em julho de 2007, os chefes de Estado dos EUA, Canadá, Japão, Gana, Brasil, Índia e vários outros países europeus assinaram a Declaração do Milênio. O primeiro-ministro britânico Gordon Brown tomou a liderança ao defender a Declaração. O documento confirma a importância de unir a vontade política, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, para criar “políticas corretas e reformas corretas... combinadas com recursos suficientes”.[26]

As Nações Unidas designaram o período de 2005 a 2015 como a Década Internacional de Ação

“Água para a Vida”, e 2008 como o Ano Internacional do Saneamento. Nesse contexto, gostaria de propor um sistema mundial que produza políticas corretas, reformas corretas e recursos suficientes para assegurar o acesso à água potável e ao saneamento básico para todos os povos.

Hoje, mais de um bilhão de pessoas não possui direito à água tratada, e 2,6 bilhões não possuem acesso a saneamento adequado. Como resultado, cerca de 1,8 milhão de crianças morre de diarreia e por outras doenças todos os anos. Além disso, o fardo de coletar água cai desigualmente sobre milhões de mulheres e crianças, encaregadas de abastecer a família todos os dias. Isso reforça as desigualdades entre sexos, no trabalho e na educação. Doenças crônicas devido à falta de água tratada e saneamento básico prejudicam seriamente a produtividade e o crescimento econômico, aprofundam as desigualdades e mantêm as pessoas no ciclo de pobreza.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) considera superar a crise de água e saneamento como um dos desafios cruciais de desenvolvimento humano na primeira metade deste século. Saliência que o sucesso, nesse sentido, certamente fará avançar o progresso para se alcançar os ODM. Estima-se que oferecer água tratada e saneamento a to-



dos exigirá um gasto adicional em torno de 10 bilhões de dólares por ano. A quantia, contudo, equivale a apenas oito dias de gastos militares no mundo. O Relatório de Desenvolvimento Humano do Pnud declara: “Fortalecer a segurança humana, mesmo com a conversão de pequenas quantias de gastos militares em investimentos em água e saneamento, dará um retorno muito grande”.[27]

Um exemplo de sistema efetivo para arrecadar recursos financeiros e auxiliar a alcançar os ODM é o Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária, criado em 2002. Esse sistema inova ao empenhar-se para assegurar a “propriedade” dos projetos aos países em desenvolvimento. Os programas que atendem às necessidades dos diferentes países recebem apoio, e os recursos financeiros são direcionados às regiões de maior carência por meio de processos inde-

pendentes de revisão, em vez de aprovar orçamentos predeterminados para cada região e doença. Os membros do Conselho Administrativo do Fundo representam não apenas os governos mas também o setor privado, ONGs de países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como grupos de advogados de pacientes. Todas as partes possuem igualdade de voz e de voto, o que assegura que seus diversos pontos de vista sejam



A Região Hidrográfica Amazônica engloba a maior bacia hidrográfica do mundo, com 7 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 4 milhões estão em terras brasileiras



respeitados na tomada de decisões.

Sobre essa questão, proponho o estabelecimento de um fundo mundial, “Água para a Vida”, como um passo capaz de assegurar essa forma de financiamento e de garantir estratégias favoráveis à melhoria das condições que continuam a ameaçar a dignidade de muitas pessoas.

“Segurança humana... é a preocupação com a dignidade humana” — essas são as palavras do Dr. Mahbub ul-Haq (1934–1998) que, em discurso durante conferência internacional organizada pelo Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa de Políticas, em junho de 1997, enfatizou que “é mais fácil, mais humano e menos custoso tratar das novas questões de segurança humana a favor da corrente do que enfrentar as trágicas conseqüências contra a corrente...”. [28]

O Dr. Haq, um dos grandes colaboradores do Instituto Toda desde a fundação, foi pioneiro no conceito de desenvolvimento humano — elemento essencial do projeto “Desenvolvimento Humano, Conflito Regional e Governança Global” (Hugg2) —, iniciado pelo Instituto Toda há dois anos. Ele escreveu que a segurança humana deveria se refletir na vida das pessoas em termos concretos: “Uma criança que não morreu, uma doença que não se propagou”. [29] O esforço para se alcançar os ODM, além de ir ao encontro deles, deve se preocupar em restaurar



Jossei Toda, segundo presidente da Soka Gakkai

o bem-estar dos indivíduos que sofrem.

Eliminar a palavra “miséria” do léxico humano era o grande desejo de meu mestre, o segundo presidente da Soka Gakkai, Jossei Toda (1900–1958). O Instituto foi inspirado na filosofia de paz de Toda. Assim, continuará a promover conferências internacionais e pesquisas em apoio aos ODM, desenvolvimento sustentável e outros empreendimentos para o avanço da humanidade.

Dignidade humana no “Século da África”

Gostaria agora de voltar as atenções para a África: seu futuro é vital na construção de uma sociedade humana que sustente a dignidade.

Na busca por uma paz duradoura e um futuro sustentável, as nações da África, desde o início do século XXI, partiram para um novo desafio com a União Africana (UA), cujo desempenho cresce de esperanças. Criada em julho de 2002, como sucessora da Organização da Unidade Africana (OUA), a UA, que compreende 53 países e territórios, é a maior organização regional do mundo. Rápidos progressos já criam as bases de um sistema internacional que assegure a efetividade dela. Como órgãos supremos, possui a Assembléia dos Chefes de Estado e de Governo, bem como o Parlamento Africano, o Conselho de Paz e Segurança, o Con-

selho Econômico, Social e Cultural e o Tribunal de Justiça.

Ao longo dos anos, venho dialogando com líderes africanos e especialistas em vários campos, promovendo intercâmbios culturais e educacionais. Estou convencido de que o século XXI será o “Século da África”. Anseio sinceramente que a missão da União Africana produza frutos abundantes em benefício dos povos desse continente.

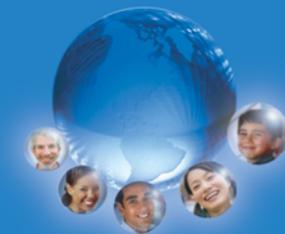
É minha crença profunda que o Renascimento Africano anuncie o renascimento do mundo e da humanidade.

Está no continente africano a origem de importantes iniciativas para transformar os ciclos viciosos das tragédias humanas nas décadas recentes. Isso pode ser visto, por exemplo, no trabalho de cidadãos sul-africanos, sob a liderança do presidente Nelson Mandela, para desmantelar o *apartheid* e conduzir o processo de Verdade e Reconciliação, como também na capacitação de mulheres e em ações de proteção ambiental realizadas pelo Movimento Cinturão Verde, coordenado pela Dra. Wangari Maathai, do Quênia. Essas iniciativas transformadoras estão despertando grande interesse e inspirando movimentos similares em todo o mundo. Os anos recentes viram o fim de vários conflitos civis, e militares na África. Houve importantes transições para governos civis e várias partes do continente tiveram ótimas taxas de crescimento econômico.

Não quero com isso atenuar a gravidade das questões que a África enfrenta. Há ainda conflitos, como os da região do Darfur e da Somália, e também terrível pobreza e condições desespera-



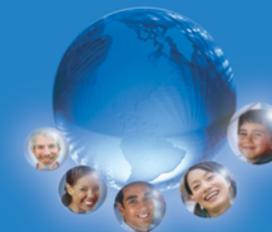
Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul (Tóquio, julho de 1995)



Comissão de Verdade e Reconciliação

A Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) foi estabelecida sob os termos da Lei de Promoção da Unidade e da Reconciliação Nacional, de 1995, na Cidade do Cabo, África do Sul. Seu objetivo é testemunhar, registrar e, em alguns casos, conceder anistia a perpetradores de crimes relacionados a violações de direitos humanos durante a era do *apartheid*, entre 1960 e 1994. Como um fórum público, difere de um tribunal militar ou criminal, no qual os perpetradores de violações de direitos humanos voluntariamente falam de seus crimes em troca da possibilidade de anistia. Abrem, assim, caminho para um processo de cura para as vítimas, os perpetradores e a sociedade como um todo.

Presidido pelo arcebispo Desmond Tutu, a CVR consistia de três comitês: o Comitê de Violações de Direitos Humanos, o Comitê Reparação e Reabilitação e o Comitê de Anistia, que considerava medidas para indivíduos que se candidatavam à anistia. A comissão ouvia testemunhas de atos cometidos pelo governo de *apartheid*, bem como pelas forças de liberação, incluindo o Congresso Nacional Africano (CNA). O método da CVR, que buscava uma amenização das dolorosas verdades como uma condição para a reconciliação, em vez da instauração de processos e punições, foi posteriormente seguido por outros países como um modelo de um processo de pós-transição em casos de mudança de regime político.



doras de refugiados. De fato, muito do que se alcançou nos ODM, na África Subsaariana, infelizmente, é insuficiente.

Hoje, as nações africanas, que se recusaram a sucumbir sob os fardos históricos do comércio escravo e do colonialismo, empenham-se para forjar a solidariedade, à medida em que liberam seu potencial e confrontam desafios comuns. Este é um empreendimento de enorme significação.

A adoção da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad) é uma manifestação concreta dessa solidariedade. É uma promessa dos líderes africanos de se dedicarem pela paz e segurança, democracia, governança econômica estável e pelo desenvolvimento centrado nas pessoas, baseado no reconhecimento comum de que a África “detém a chave do seu próprio desenvolvimento”. É dever da comunidade internacional apoiar ativamente esse ambicioso projeto dos povos da África.

Em maio deste ano, a Quarta Conferência Internacional de Tóquio sobre Desenvolvimento Africano (Ticad IV) será realizada em Yokohama, Japão. O encontro foi iniciado pelo Japão, em 1993 e, desde então, é promovido a cada cinco anos, em parceria com as Nações Unidas e outros organizadores. Entre os participantes, incluem-se chefes de Estado africanos e representantes de organizações internacionais. É um importante foro para fortalecer a consciência comum dos problemas que a África enfrenta e para explorar soluções.

Sugiro que as discussões abarquem medidas concretas para assegurar que a capacitação dos jovens esteja no âmago de todas as propostas políticas. Urgem agora medidas que rompam o ciclo vicioso da pobreza de geração a geração e das precárias condições de vida. Melhores oportunidades

aos jovens seriam a chave da transição, passo a passo, para um ciclo positivo no modo de viver das pessoas de qualquer geração.

A Ticad promove o desenvolvimento de recursos humanos, assegurando o acesso à educação básica, o apoio a centros de ensino e treinamento vocacional. A partir dessas realizações, proponho como um dos pilares da Ticad, um programa que ajude os jovens africanos a forjar seus talentos e a prepará-los para um papel fundamental na criação de um futuro mais brilhante da África.

Também gostaria de propor a criação de uma rede, que facilite os laços de intercâmbio entre os jovens da África, os do Japão e os de outras nações: uma plataforma para se confrontar os desafios com que se deparam esses jovens no continente africano e em todo o mundo. Foi designado 2008 como o Ano do Intercâmbio Japão-África. Espero que os eventos deste Ano do Intercâmbio sejam o ponto de partida para o estabelecimento de programas de intercâmbios regulares entre estudantes africanos e japoneses.

A criação de infra-estruturas de paz

No auge da Guerra Fria, para reduzir as tensões e a escalada da corrida armamentista, propus reuniões de cúpula entre os líderes das superpotências e me empenhei numa diplomacia cidadã para encorajar o diálogo e o intercâmbio. Numa época em que, além do confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética, as tensões entre a China e a União Soviética chegavam a patamares críticos (1974–1975), viajei para esses três países como um cidadão comum e me encontrei, entre outros, com o premiê chinês Chu Enlai (1898–1976), com o premiê soviético Aleksei Kosygin (1904–1980) e

com o ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger. Com esses esforços, esperava construir pontes que conduzissem à melhoria nas relações.

Fui guiado pela determinação de evitar a todo custo a confrontação nuclear em larga escala (o que teria um efeito catastrófico em toda a raça humana) e de dar fim às guerras que dividiam o mundo e infligiam grande sofrimento à humanidade. Com o término da Guerra Fria, embora a ameaça de um confronto nuclear tenha diminuído, surgiu outro perigo: a proliferação nuclear.

Em minha proposta de 2007, sugeri a transição para um sistema de segurança que não se valesse do poder nuclear. Propus uma agência internacional para o desarmamento, que assegurasse o cumprimento, de boa-fé, dos compromissos legais existentes no desarmamento nuclear.

Estabelecer um consenso dentro da comunidade internacional com relação à ilegalidade das armas atômicas é igualmente essencial para a abolição nuclear. Como um dos elementos, para tanto, ressalto a sugestão publicada em agosto de 2007 pelo Grupo Pugwash canadense de estabelecer uma Zona Livre de Armas Nucleares no Ártico (ZLAN). A SGI, como defensora de um mundo sem armas nucleares, presta apoio ao chamado de Jossei Toda, à Declaração pela Abolição das Armas Nucleares (1957).

Durante a Guerra Fria, o Oceano Ártico ocupava uma posição geopolítica estratégica. Submarinos nucleares do Oriente e do Ocidente viajavam sob o gelo, transportando ameaçadoras cargas de mísseis balísticos. Se, como resultado do aquecimento global, a camada de gelo polar diminuir ou mesmo desaparecer durante os meses de verão, isso facilitaria a militarização da região



Daisaku Ikeda e Chu Enlai
(dezembro de 1974)



Alexei Kosygin
(maio de 1975)



Henry Kissinger,
ex-secretário de
Estado norte-
americano
(Tóquio, 12 de
setembro de 1987)

Ártica e provocaria uma escalada internacional para desenvolver transportes, exploração do solo oceânico e de outras fontes, ocasionando um conflito de interesses entre os países envolvidos. Por essa razão, torna-se urgente proibir a atividade militar na região, criar um regime legal para con-



servar a área como uma herança comum da humanidade e estabelecer uma Zona Livre de Armas Nucleares no Ártico.

O Tratado da Antártica de 1959 bania qualquer atividade militar no continente meridional, especificamente explosões nucleares ilegais e a liberação de lixo radioativo a 60 graus de latitude sul. Desde então, um total de cinco tratados regionais foram assinados, proibindo o desenvolvimento, produção, posse, transporte, recebimento, teste e uso de armas nucleares, e as ZLANs expandiram-se para incluir a América Latina, o Caribe, o Pacífico Sul, o Sudeste da Ásia, a África e a Ásia Central.

Cobrindo a maior parte das terras do Hemisfério Sul, as ZLANs servem de freio contra a proliferação nuclear nessas respectivas regiões. Além disso, elas ajudam a fortalecer o movimento em direção à ilegalidade das armas nucleares. Junto com a Mongólia, que se declarou livre de armas nucleares em 2000, cerca de cem países — mais da metade dos governos da Terra — tornaram-se signatários desses acordos para expressar a visão de que o desenvolvimento e o uso de armas nucleares são, ou deveriam ser, ilegais perante a lei internacional.

Espero ver mais ações rumo à criação de outras ZLANs, já que isso solidificaria a ilegalidade das armas nucleares como uma tendência da humanidade e conduziria definitivamente a um tratado para a proibição abrangente das armas nucleares, banindo a proliferação, aquisição, posse e uso delas.

Como um passo nessa direção, proponho um tratado proibindo o uso militar e a desnuclearização da região Ártica, com supervisão das Nações Unidas. Nessa tarefa, o Japão — país que

experimentou na alma os horrores da guerra nuclear e que mantém como âmago da política nacional três princípios não-nucleares, de não possuir, tampouco desenvolver ou permitir armas nucleares em seu território — deveria tomar a iniciativa e trabalhar junto com outros Estados e parceiros da sociedade civil em busca de um mundo livre do pavor atômico.

Creio que um tratamento semelhante seria eficaz em termos da não-proliferação nuclear no nordeste da Ásia. Todos os esforços das Conversações das Seis Partes precisariam continuar até o completo desmantelamento do programa de armas nucleares da Coreia do Norte. Ao mesmo tempo, o Japão deveria reafirmar o seu compromisso com a própria política não-nuclear, empregando todos os recursos diplomáticos para os objetivos mais abrangentes da criação de uma zona livre de armas nucleares que cubra todo o nordeste da Ásia.

Mobilizar a opinião pública internacional se faz indispensável em qualquer tentativa de reduzir e, em conseqüência, banir as armas nucleares. Com essa esperança, sugeri uma Década de Ação dos Povos do Mundo para a Abolição Nuclear, na proposta de reforma das Nações Unidas, que registrei em agosto de 2006, para ajudar a concentrar a energia das pessoas comuns nessa questão primordial.

Ano passado, para comemorar o 50º aniversário da declaração de Jossei Toda pela abolição das armas nucleares, a SGI lançou a exposição internacional “Da Cultura de Violência para a Cultura de Paz: A Transformação do Espírito Humano”. Foi uma iniciativa para o desarmamento nuclear e pela não-proliferação, como defende a ONU. Desde os anos 1980, a SGI organiza uma série de exposições para a conscientização pública sobre os perigos das armas nucleares, colabo-

rando com as Nações Unidas e parceiros da sociedade civil. Estamos determinados a continuar essas atividades, trabalhando com as Conferências Pugwash e todos os que compartilham o objetivo de construir um consenso entre as pessoas para a proibição e a abolição das armas nucleares. Consideramos esses esforços parte de nossa missão como budistas, que promovem o respeito pela dignidade da vida.

Minha próxima proposta visando à construção de infra-estruturas de paz será a assinatura de um tratado de banimento das bombas de fragmentação (*cluster bombs*). Essas bombas liberam centenas de explosivos ao serem lançadas, matando indiscriminadamente e mutilando pessoas numa vasta área. Muitas dessas submunições permanecem sem explodir, tornando-se uma ameaça à população civil anos depois de encerrado o conflito e dificultando a tarefa de reconstrução.

Até o momento, 440 milhões dessas armas já foram usadas em 24 países e territórios, matando e ferindo perto de 10 mil pessoas. Aproximadamente 70 países continuam a estocar bombas de fragmentação.

Em 2003, foi criada a Coalizão contra Bombas de Fragmentação, rede de organizações da sociedade civil, que tem o propósito de um tratado internacional para banir o uso, a produção e o estoque de munição de fragmentação. O movimento ganhou corpo e, em fevereiro de 2007, foi realizada em Oslo, Noruega, uma conferência com a participação de mais de 40 governos e representantes da sociedade civil para esboçar um novo tratado que proíba as munições de fragmentação. Nasceu dessa conferência o Processo de Oslo, que — à maneira do Processo de Otawa (1997), com o tratado de proibição das minas terrestres

— reuniu ONGs e Estados em ações conjuntas.

De acordo com o sistema da Conferência das Nações Unidas sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais, discute-se a questão das bombas de fragmentação, ainda sem progresso. É desejável que o maior número possível de Estados se integre. A prioridade, porém, é a assinatura desse tratado até o fim deste ano, como propõe o Processo de Oslo. Assim como o Tratado de Otawa alcançou, na década passada, o apogeu enquanto norma humanitária internacional, que desencoraja até mesmo Estados não-signatários de usar minas terrestres, é preciso que também se alcance um consenso mundial contra as bombas de fragmentação.

O sucesso dos esforços, com o apoio da sociedade civil, terá em outras áreas impacto definitivo contra o desarmamento.

Infra-estrutura para a paz no Leste Asiático

Por fim, quero tratar das perspectivas futuras das relações sino-japonesas e da criação de infra-estruturas para a paz em toda a região do Leste Asiático.

Trinta anos já se passaram desde a assinatura do Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês. O premiê chinês Chu Enlai (1898–1976) expressou a expectativa pela conclusão desse tratado quando nos encontramos em dezembro de 1974. Concordei sinceramente. No mês seguinte, transmiti ao secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, a esperança do premiê Chu pela amizade sino-japonesa, com a qual eu concordava. Kissinger ficou ao nosso lado.

Em nova visita à China, em abril de 1975, dis-





cuti a importância da breve conclusão de um tratado de amizade com o vice-premiê Deng Xiaoping (1904–1997), que me fez portador de uma mensagem ao primeiro-ministro japonês Takeo Miki (1907–1988). Negociações governamentais foram retomadas logo depois, e o tratado foi assinado em agosto de 1978, inaugurando nova etapa nas relações sino-japonesas.

Desenvolveram-se, desde então, intercâmbios em diversos campos. Continua a crescer a interdependência econômica. A China já é a maior parceira comercial do

Japão, ultrapassando até mesmo os Estados Unidos. Em 2006, mais de 4,7 milhões de pessoas viajaram pelos dois países.

Nos anos recentes, líderes japoneses e chineses reuniram-se regularmente, assinalando a vontade ativa de construir relações de cooperação. Em abril de 2007, o premiê chinês Wen Jiabao visitou oficialmente o Japão e dialogou com o primeiro-ministro japonês, o que resultou numa declaração conjunta à imprensa definindo a política bilateral: “Nossos países vão fortalecer e cooperar para lidar com os desafios regionais e mundiais”.^[30]

Durante a visita do premiê, tive o prazer de conversar com ele. Fiquei profundamente impressionado com a declaração de que uma amizade sino-japonesa mais forte é a tendência geral e a aspiração comum aos dois países.

Em dezembro de 2007, o primeiro-ministro japonês Yasuo Fukuda visitou a China. Reuniu-se com o presidente Hu Jintao e outros líderes, concordando com uma declaração conjunta que anunciou a cooperação em questões ambientais e energéticas, ressaltando os intercâmbios de jovens.

Há quatro décadas me ergo pela normalização



Wen Jiabao, primeiro-ministro chinês
(Tóquio, 12 de abril de 2007)

das relações sino-japonesas. É com profunda satisfação que vejo os passos da China e do Japão ao encontro de uma sólida parceria pela paz, pela segurança e pelo desenvolvimento da Ásia, e também em benefício total da humanidade.

Além do estreitamento das relações sino-japonesas, abriram-se portas nas relações do Japão com a Coreia do Sul. Os laços fortalecidos dos três países favoreceram a Cúpula do Leste Asiático, como um palco aberto para novas modalidades de cooperação regional.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) realizou, em novembro de 2007, uma reunião de cúpula onde se chegou a um acordo sobre a Carta da Asean, que sustenta objetivos como a promoção da paz, segurança e estabilidade da região, assim como a diminuição da pobreza e a manutenção do Sudeste Asiático, como região livre de armas nucleares. No mesmo encontro, os Estados da Asean projetaram a criação, até 2015, da Comunidade Econômica da Asean.

É minha convicção que se a China, a Coreia do Sul e o Japão, em sintonia com a Asean, continuarem trabalhando com tenacidade, será pos-



Jovens da SGI (Tóquio, 14 de setembro de 2005)

sível consolidar infra-estruturas duradouras para a paz do Leste Asiático.

Ainda em 2007, o governo japonês iniciou um programa de cinco anos para convidar, anualmente, seis mil jovens (principalmente da China, da Coreia do Sul e das nações da Asean) para estudar no Japão. Como uma pessoa que defende maior intercâmbio estudantil no Leste Asiático, tenho grandes esperanças no sucesso desse programa.

Notas

- Pauling e Ikeda, *Seimei no seiki*, p. 15–16.
- Ban, “Discurso de Abertura”.
- Sarkozy, “Sarkozy quer”
- Cf. Platão, *A República*, p. 257.
- Hermanns, *Einstein and the Poet*, p. 53.
- Gide, *Retour de l’U.R.S.S.*, p. 13.
- Nitiren, *Writings*, v. 2, p. 843–844.
- Watanabe, *Kyoki ni tsuite*, p. 163.
- Ikeda, “O Budismo Mahayana”.

- Wiesel, *And the Sea Is Never Full*, p. 370.
- Michelet, *A Bíblia da Humanidade*, p. 9.
- Ibidem*, p. 336.
- Ibidem*, p. 11.
- Ibidem*, p. 26–27.
- Ibidem*, p. 336.
- Ibidem*, p. 337.
- Ibidem*, p. 336.
- Walshe, *Mahaparinnibbana*,

p. 245.

- Watanabe, *Kyoki ni tsuite*, p. 120–21.
- Mann, “Achtung, Europa!”, p. 159–60.
- Platão, *Fédon*, p. 94–95.
- Weizsäcker, *Der Mensch in seiner Geschichte*, p. 15.
- Nitiren, *Writings*, 295.
- NU, “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.



Desejo que esse crescimento de compreensão e de amizade seja para os jovens da região uma oportunidade de desenvolver um senso comum de consciência e de responsabilidade pelo futuro. Que eles possam aprender, em encontros e conversas com os agentes das Nações Unidas, sobre os programas ambientais e de desarmamento promovidos pela ONU.

Definitivamente, os jovens detêm a chave do futuro: a humanidade está nas mãos deles. Esta

é a convicção comum a todos os líderes e especialistas com quem conversei.

Jossei Toda, segundo presidente da Soka Gakkai, nos ensina: “O que constrói a nova era é a força e a paixão dos jovens”. Abraçados com o espírito de suas palavras, a SGI se compromete a forjar, no coração de cada jovem, o poder da solidariedade humana — virtude poderosa de grandes benefícios para a vida do planeta Terra.

- Athayde e Ikeda, *Direitos Humanos no Século XXI*, p. 101.
- DFID, “Declaração do Milênio”.
- UNDP, “Relatório de Desenvolvimento Humano 2006”.
- Haq, “Governança Global para Segurança Humana”, 80.
- Haq, Reflexões sobre o Desenvolvimento Humano, p. 116.
- MOFA, “Declaração conjunta à Imprensa”.

ATHAYDE, Austregésilo de; IKEDA, Daisaku. *Direitos Humanos no Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ATS (Secretaria do Tratado da Antártica). 1959. "Tratado da Antártica".
http://reco.ats.aq/ats.reco/recatt/att005_e.pdf (Acesso em 20 de fevereiro de 2008).

BAN, Ki-moon. 2008. "Discurso de Abertura do Fórum da Aliança das Civilizações".
<http://www.un.org/apps/sg/sgstats.asp?nid=2954> (Acesso em 7 de fevereiro de 2008).

Comissão Européia. 2007. "Acordo Europeu Sobre Nova Política Energética".
http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/index_en.htm (Acesso em 12 de março de 2008).

Conselho da União Européia. 2007. "Conselho Europeu de Bruxelas: Conclusões da Presidência".
http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/press_data/en/ec/93135.pdf (Acesso em 22 de fevereiro de 2008).

Cúpula G-8 2007, Heiligendamm. 2007. "Resumo do Presidente".
http://www.g-8.de/nsc_true/Content/EN/Artikel/_g8-summit/anlagen/chairs-summary,templateId=raw,property=publicationFile.pdf/chairs-summary (Acesso em 27 de fevereiro de 2008).

DDI (Departamento para o Desenvolvimento Internacional). 2007. "Declaração das Metas de Desenvolvimento do Milênio pelos chefes de Estado". <http://www.dfid.gov.uk/mdg/declaration-heads-07.asp> (Acesso em 15 de fevereiro de 2008).

GIDE, André. 1936. *Retour de l'U.R.S.S.* (Viagem à Rússia). Paris: Gallimard.

—. 1937. *Préface a quelques écrits récents de Thomas Mann* (Prefácio a Quaisquer Escritos Recentes de Thomas Mann). In *Thomas Mann, Avertissement a l'Europe* (Thomas Mann: Uma Advertência à Europa). Paris: Gallimard.

Grupo Pugwash do Canadá. 2007. "Proposta do Grupo Pugwash do Canadá por uma Zona Livre de Armas Nucleares no Ártico". http://www.pugwashgroup.ca/events/documents/2007/2007.08.24-Arctic_%20NWFZ.pdf (Acesso em 7 de fevereiro de 2008).

Handicap International. "Munições Cluster".
<http://www.clusterbombs.org.uk/cluster-munitions> (Acesso em 9 de fevereiro de 2008).

—. 2007. "Círculo de Impacto: A Marca Fatal das Bombas de Fragmentação nas Pessoas e Comunidades".
http://en.handicapinternational.be/download/0606_WEB_FINAL_REPORT_HI_BD.pdf (Acesso em 10 de fevereiro de 2008).

HAQ, Mahbub ul-. 1995. *Reflexões sobre o Desenvolvimento Humano*. Nova York: Oxford University Press.

—. 1999. "Governança Global para a Segurança Humana". In *Mundos Separados: Segurança Humana e Governança Global*. Ed. Majid Tehranian. Londres: I.B. Tauris.

HERMANN, William. 1983. *Einstein and the Poet: In Search of the Cosmic Man. Brookline Village* (Einstein e o Poeta: em Busca do Homem Cósmico), MA: Branden Press, Inc.

IKEDA, Daisaku. 1993. "O Budismo Mahayana e a Civilização do Século XXI".
<http://daisakuikeda.org/index.php?mid=resources&sub=works&sub2=lect&quid=7> (Acesso em 5 de março de 2008).

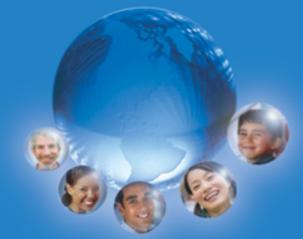
IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). 2007. "Quarto Relatório de Avaliação do IPCC".
<http://www.ipcc.ch/ipccreports/ar4-syr.htm> (Acesso em 22 de fevereiro de 2008).

MAKIGUTI, Tsunessaburo. 1996. *Jinsei Chirigaku* (Geografia da Vida Humana). In *Makiguchi Tsunessaburo Zenshu* (Obras Completas de Tsunessaburo Makiguti). Tóquio: Daisan Bunmeisha.

MANN, Thomas. 1995. "Achtung, Europa! (Cuidado, Europa!)" In *Thomas Mann Essays Band 4* (Ensaio de Thomas Mann, vol. 4]. Frankfurt: S. Fischer Verlag GmbH.

—. 1942. "Europe Beware" (Cuidado, Europa!). In *Order of the Day: Political Essays and Speeches of Two Decades* (Ordem do Dia: Ensaio e Discursos Políticos de Duas Décadas). H.T. Lowe-Porter, trad. Nova York: Alfred A. Knopf.

MICHELET, Jules. 2001. *A Bíblia da Humanidade*. Romualdo J. Sister, trad. São Paulo: Ediouro Publicações.



MOFA (Ministério das Relações Exteriores do Japão). "Os Três Princípios Não-Nucleares".
<http://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/nnp/index.html> (Acesso em 10 de fevereiro de 2008).

—. 2007. "Uma Nova Era nas Relações Sino-Japonesas".
<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/relation.pdf> (Acesso em 10 de fevereiro de 2008).

—. 2007. "Declaração Conjunta Japão-China à Imprensa".
<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/pv0704/joint.html> (Acesso em 10 de fevereiro de 2008).

—. 2007. "Início da 'Rede de Intercâmbio Japão-Leste Asiático para Universitários' – Programa JENESYS".
http://www.mofa.go.jp/announce/announce/2007/5/1173651_826.html (Acesso em 10 de fevereiro de 2008).

—. 2008. "Quarta Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento da África (TICAD IV) em Yokohama".
<http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad/ticad4/index.html> (Acesso em 27 de fevereiro de 2008).

NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África). 2006. "Nepad in Brief".
<http://www.nepad.org/2005/files/inbrief.php> (Acesso em 27 de fevereiro de 2008).

NITIREN. 1999. *The Writings of Nichiren Daishonin* (Os Escritos de Nitiren Daishonin). Ed. e trad. Equipe de Tradução de Goshō. Tóquio: Soka Gakkai.

—. 2006. *The Writings of Nichiren Daishonin* (Os Escritos de Nitiren Daishonin), vol. 2. Ed. e trad. Equipe de Tradução de Goshō. Tóquio: Soka Gakkai.

NU (Nações Unidas). 1948. "Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948–1998)".
http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php (Acesso em 15 de abril de 2008).

—. 2007. "Declaração das Nações Unidas sobre Educação e Treinamento de Direitos Humanos". A/HRC/Res/6/10. Resolução adotada pelo Conselho de Direitos Humanos, 28 de setembro, Genebra.
http://ap.ohchr.org/documents/E/HRC/resolutions/A_HRC_RES_6_10.pdf (Acesso em 12 de março de 2008).

—. 2007. "Relatório de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2007".
<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg2007.pdf> (Acesso em 15 de fevereiro de 2008).

PAULING, Linus; IKEDA, Daisaku. 1990. *Seimei no seiki eno tankyu* (Em Busca do Século da Vida). Tóquio: Yomiuri Shimbunsha.

PLATÃO. 2005. *A República*. Pietro Nasseti, trad. São Paulo: Martin Claret.

—. 1955. *Plato's Phaedo* (Fédon de Platão). R.S. Bluck, trad. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2006. "Relatório de Desenvolvimento Humano 2006".
<http://hdr.undp.org/en/media/hdr06-complete.pdf> (Acesso em 15 de fevereiro de 2008).

PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). "Plantemos para o Planeta: Campanha do 1 Bilhão de Árvores em 2008!" <http://www.unep.org/billiontreecampaign/index.asp> (Acesso em 16 de fevereiro de 2008).

—. 2007. "Panorama do Meio Ambiente Global: Meio Ambiente para o Desenvolvimento – GEO4".
http://www.unep.org/geo/geo4/report/GEO-4_Report_Full_en2.pdf (Acesso em 8 de fevereiro de 2008).

SARKOZY, Nicolas. 2008. "Sarkozy Quer Mudanças na ONU e no G-8, Europa – Resumo".
<http://www.earthtimes.org/articles/show/170773.html> (Acesso em 19 de fevereiro de 2008).

WALSHE, Maurice, trad. 1995. *Mahaparibbana Sutta: The Great Passing – The Buddha's Last Days. The Long Discourses of the Buddha: A Translation of the Digha Nikaya* (Sutra Mahaparibbana: A Grande Passagem – Os Últimos Dias do Buda. Longos Discursos do Buda: Uma Tradução do Digha Nikaya). Boston: Wisdom Publications.

WATANABE, Kazuo. 1993. *Kyōki ni tsuite* (Sobre a Loucura). Tóquio: Iwanami Shoten.

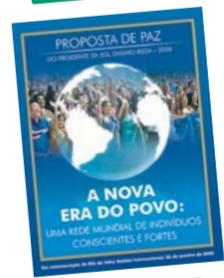
WEIZSÄCKER, Carl Friedrich von. 1991. *Der Mensch in seiner Geschichte* (A História da Humanidade). München: Carl Hanser Verlag.

WIESEL, Elie. 1999. *And the Sea Is Never Full: Memoirs* (O Mar das Lembranças nunca Fica Cheio), 1969–. Marion Wiesel, trad. Nova York: Alfred A. Knopf.

Propostas de paz proferidas por Daisaku Ikeda



2007 — Resgatar a nossa humanidade: primeiro passo para a paz mundial



2006 — A nova era do povo: uma rede mundial de indivíduos conscientes e fortes

2005 — Uma nova era de diálogo: o triunfo do humanismo

2004 — Revolução interior: uma onda mundial pela paz

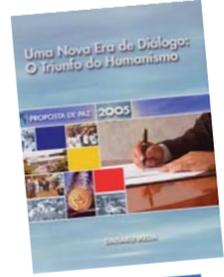
2003 — Por uma ética global — A dimensão da vida: um paradigma

2002 — O humanismo do caminho do meio — O alvorecer de uma civilização global

2001 — O desafio da nova era: construir a todo instante o “Século da Vida”

2000 — A paz pelo diálogo — É tempo de falar: uma cultura de paz

1999 — Pela cultura de paz — Uma visão cósmica



1998 — A humanidade e o novo milênio: do caos para o cosmos

1997 — Novos horizontes de uma civilização global

1996 — Rumo ao terceiro milênio: o desafio da cidadania global

1995 — Criando um século sem guerras por meio da solidariedade humana



1994 — A luz do espírito global: uma nova alvorada na história da humanidade

1993 — Rumo a um mundo mais humano no século vindouro

1992 — Uma Renascença de esperança e harmonia

1991 — O alvorecer do século da humanidade



1990 — O triunfo da democracia: rumo a um século de esperança

1989 — A alvorada de um novo globalismo

1988 — Entendimento cultural e desarmamento: os blocos edificadores da paz mundial

1987 — Propagando o brilho da paz: rumo ao século do povo

1986 — Rumo a um movimento global por uma paz duradoura



1985 — Novas ondas de paz rumo ao século XXI

1984 — Criando um movimento unido para um mundo sem guerras

1983 — Nova proposta para a paz e o desarmamento

Carta da Soka Gakkai Internacional Preâmbulo

Nós, organizações constituintes da Soka Gakkai Internacional (SGI), abraçamos o objetivo fundamental e a missão de contribuir para a paz, a cultura e a educação, com base na filosofia e nos ideais do Budismo de Nitiren Daishonin.

Reconhecemos que, em nenhuma outra época da história, a humanidade testemunhou tamanha justaposição de guerra e paz, discriminação e igualdade, pobreza e fartura, como no século XX. O desenvolvimento da tecnologia militar, cada vez mais sofisticada e exemplificada pelas armas nucleares, criou uma situação em que a própria sobrevivência da espécie humana foi posta em risco. A realidade da violenta discriminação étnica e religiosa tem se apresentado num interminável ciclo de conflito. Se não bastasse, o egoísmo e a negligência do homem causaram, e continuam causando, problemas mundiais, como a degradação do meio ambiente. Também observamos que os abismos econômicos criados se intensificam entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, com sérias repercussões para o futuro coletivo da humanidade.

Acreditamos que o Budismo de Nitiren Daishonin, filosofia humanística de infinito respeito pela dignidade da vida e de benevolência que abrange tudo, capacita os indivíduos a cultivar a sabedoria e a criatividade do espírito humano para vencer as dificuldades e as crises que a humanidade enfrenta. Tal capacitação faz surgir uma sociedade de coexistência próspera e pacífica.

Nós, organizações constituintes e membros da SGI, determinamo-nos a elevar bem alto a bandeira da cidadania mundial, do espírito de tolerância e do respeito aos direitos humanos. Com base no humanismo budista e por meio do diálogo e de esforços práticos, embasados no firme compromisso com a não-violência, estamos dispostos a desafiar as questões mundiais. Assim, adota-

mos esta Carta para ratificar os seguintes princípios e propósitos:

1. A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura, visando à felicidade e ao bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.

2. A SGI, com base no ideal da cidadania mundial, salvaguardará os direitos humanos fundamentais e não discriminará nenhum indivíduo.

3. A SGI respeitará e protegerá a liberdade de crença e de expressão religiosa.

4. A SGI promoverá a ampla compreensão do Budismo de Nitiren Daishonin por meio de intercâmbios, contribuindo, dessa forma, para a concretização da felicidade individual.

5. A SGI, por intermédio das organizações constituintes, encorajará seus membros a contribuir para a prosperidade de suas respectivas sociedades, como bons cidadãos.

6. A SGI respeitará a independência e a autonomia de suas organizações constituintes, de acordo com as condições predominantes em cada país.

7. A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, promoverá diálogos e atuará, em parceria, para a solução de questões fundamentais da humanidade.

8. A SGI respeitará a diversidade cultural e realizará intercâmbios culturais para criar, dessa forma, uma sociedade internacional de cooperação e de compreensão mútua.

9. A SGI visará, com base no ideal budista de simbiose, à proteção da natureza e do meio ambiente.

10. A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a aprimorar o caráter e a desfrutar uma vida plena e feliz.



"O diálogo abandonado no meio do processo é insignificante.

Somente a constância e a convicção o tornam fecundo.

Como *Homo sapiens*, precisamos empreender uma luta espiritual.

Isso requer que evidenciemos algumas virtudes: generosidade, resistência e sabedoria.

Para serem dignas do nome, as religiões precisam de meios que desenvolvam essas qualidades. Devem promover uma mudança revolucionária nos seres humanos."

Daisaku Ikeda